

*Intervenção do Deputado Alberto Pereira
Horta, 27 de Setembro de 2006*

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Hoje comemora-se o Dia Mundial do Turismo. Na sua mensagem para as comemorações de 2006, o Secretário-geral da Organização Mundial de Turismo afirma de forma breve e incisiva que turismo é riqueza, aludindo sobretudo ao desenvolvimento económico que o mesmo propicia.

É certo que o enriquecimento proporcionado pelo turismo não pode apenas ser apreciado em termos económicos, mas também em termos sociais, ambientais e culturais.

De “indústria da paz, a “acto humano por excelência”, o turismo tem, por isso, merecido várias qualificações.

Da nossa parte, fazemos votos para que o turismo possa contribuir decisivamente para a criação de um clima de crescente confiança, funcionando como actividade redutora do hiato de entendimento entre povos e nações, mensagem particularmente actual e pertinente.

Mas, sem benefícios económicos líquidos, ficam seriamente comprometidos os efeitos sociais e culturais expectáveis pelos países e regiões que apostam no desenvolvimento do Turismo.

O turismo atravessa tempos de mudança. E a mudança traz consigo desafios e oportunidades. São hoje constatáveis fenómenos de rejeição relativamente à oferta de produtos estandardizados. Confirma-se, isso sim, o aumento gradual e significativo de procuras especializadas ou com orientação individual ou temática.

A relação qualidade-preço tornar-se-á, assim, mais decisiva. Deixando, deste modo, o factor preço de funcionar como factor determinante e mesmo decisivo nas correntes turísticas.

Creemos pois que se pode dizer que os modelos uniformes e pré-concebidos, serão substituídos pela diversificação e criatividade nas soluções, pelo reforço dos valores culturais e de identidade pessoal. Estas considerações suscitam a reflexão sobre os modelos de organização e expansão da actividade turística nos Açores.

Esta deve contribuir para a dinamização da actividade económica, para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais, para proteger e valorizar o meio ambiente e o património cultural.

Por tudo isto, as comemorações do Dia Mundial do Turismo deverão, nos Açores, transmitir e significar optimismo e confiança nas virtualidades do turismo, mas também a assumpção de grandes responsabilidades e desafios.

Já várias vezes manifestamos nesta Assembleia a nossa discordância no que respeita à política promocional da Região.

Já muitas vezes manifestamos a nossa preocupação com a evolução da operação turística para os Açores nos últimos anos.

Com efeito, os contínuos alertas que vimos fazendo revelam-se cada dia mais pertinentes.

Indo ao encontro do nosso diagnóstico, um estudo recente da Direcção Geral do Turismo avaliativo da competitividade dos destinos portugueses sintetiza bem as razões pelas quais os Açores passaram de um destino com potencial competitivo entre 1995 e 2000, para um destino com debilidade competitiva entre 2000 e 2004. A performance negativa do destino Açores neste período, radica, segundo as conclusões do estudo, em quatro razões:

Primeira, crescimento da oferta superior ao da procura. E, acrescentamos nós, em virtude de este fenómeno não ter sido acompanhado do necessário incremento da promoção turística.

Segunda, variações negativas na taxa de ocupação-cama desde 2003.

Terceira, uma perda em mais de vinte pontos percentuais do peso do mercado nacional nas dormidas gerais e, acrescentamos nós, a criação de uma perigosa e excessiva dependência dos mercados nórdicos, unicamente sustentados numa operação charter.

Quarta e última razão, um crescimento dos custos nos estabelecimentos hoteleiros que foi, entre 2000 e 2004, quase o dobro do crescimento das receitas.

Quero garantir que o estudo não é da autoria do PSD. É da autoria da Direcção Geral do Turismo.

Cumpre-nos reflectir sobre o turismo dos Açores.

A reflexão, para ser intelectualmente honesta e politicamente produtiva, não pode deixar de abordar o modelo de desenvolvimento turístico e evidenciar o inegável crescimento da oferta hoteleira e das dormidas turísticas nos últimos anos, mas também sublinhar e debater os graves constrangimentos relacionados com um persistente desajustamento entre a oferta e procura e com uma baixa rentabilidade global da operação turístico-hoteleira.

Conhecer as causas e estabelecer conexões é meio caminho andado para resolver os problemas e para não repetir os mesmos erros.

Para nós, tudo ou quase tudo, radica numa actuação em termos de promoção institucional tardia, face ao crescimento da oferta. Numa promoção errática e intermitente. E quase tão só dirigida à contratação de operações charter.

Lançadas essas operações charters, as mesmas geram imediatamente volumosos movimentos turísticos. Mas há o reverso da medalha. A sua eventual cessação ou variação negativa conduzirá a significativas perdas no imediato, não tendo a indústria turística regional, no actual contexto, capacidade de substituição desta procura turística.

O que está mal então?

São conhecidas as nossas reservas quanto a esta política não por qualquer reserva mental relativamente ao transporte charter, por muitos considerado o transporte turístico por excelência, mas pela extrema dependência em que se coloca a Região face a um reduzido número de operadores e de operações, ainda por cima geradoras de escassa receita turística.

Acresce que, sendo operações desqualificadas do ponto de vista do consumo turístico, exercem ainda forte pressão sobre os agentes turísticos regionais, que são obrigados a “saldar” os seus produtos para garantirem taxas de ocupação mínimas.

As operações Charter são um verdadeiro “rendimento mínimo garantido” da operação turística açoriana, face á incapacidade de gerar fluxos mais significativos e qualificados de forma estável e duradoura dos principais mercados emissores. **Com estas operações que nem sequer asseguram um regime de concorrência efectiva, compra-se uma aparência de sucesso, mas não se constrói nada de sólido para o futuro.** O turismo dos Açores pode incorporá-las, mas não pode basear o seu crescimento em expedientes de elevada artificialidade económica e que, pelo seu peso relativo, se constituem em perigosas dependências.

O Governo Regional parece acreditar que os Açores poderão vingar com este modelo.

Na generalidade dos destinos que experimentaram tais soluções, foi o funcionamento normal do mercado que o determinou, resultando da iniciativa da indústria turística local combinada com o interesse de operadores internacionais.

Por cá, é o próprio Governo Regional o autor moral e material das operações, tendo os operadores estrangeiros praticamente excluído o sector das agencias locais e sendo a indústria hoteleira instada a subsidiar as operações oferecendo quartos quase a preço de custo, enquanto os próprios profissionais de informação turística itinerante açorianos, guias e transferistas são substituídos por profissionais estrangeiros.

O Governo Regional resolveu substituir-se aos agentes turísticos regionais, retirando-lhes a liderança, como seria normal e saudável, do processo de comercialização turística. Daí assistirmos a coisas tão bizarras como ser o Governo a negociar com operadores internacionais uma vulgar operação turística, apresentando-se com dinheiro, uma companhia de aviação e a promessa de preços baixos nos serviços hoteleiros e outros a contratar. Daí assistirmos a coisas tão bizarras como ser o Governo a determinar quantos operadores suporta determinado mercado, excluindo potenciais concorrentes de operadores instalados, ao negar-lhes as mesmas condições.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os efeitos estão já à vista. O cancelamento parcial da operação da Escandinávia, dado o seu elevado peso relativo, repercutiu-se imediatamente nos resultados globais, subtraindo à operação cerca de 17000 dormidas e criando um clima de séria apreensão entre os agentes turísticos, alguns dos quais absolutamente dependentes daquela operação.

Muitas unidades hoteleiras encontram-se no limiar da falência ou sobrevivem, saldando para perto do preço de custo, os respectivos serviços.

Outras anunciam encerramentos durante a época baixa, em tentativas desesperadas de reduzir custos e salvar a operação anual. Casos existem de unidades que se preparam para anunciar o encerramento durante o Inverno, escassos meses após a respectiva inauguração.

Outras ainda encontram-se formalmente em funcionamento, mas tecnicamente a abrir intermitentemente por ocasião das referidas operações charter ou de eventos especiais.

Projectos de investimento em curso são reequacionados e fazem compassos de espera.

O 1º semestre do ano de 2006 revela um crescimento insignificante de 1,1%, melhorado com os resultados de Julho, mas ainda assim, com um acréscimo acumulado modestíssimo de 2,7%, num ano em que o comportamento dos restantes destinos do país foi globalmente muito positivo. Graças, sobretudo, à decisiva contribuição do mercado nacional que cresceu 5,4%, a desmentir o desvalor que o governo lhe atribuiu até 2004. A taxa média de ocupação-cama foi neste período de 36,9%.

As dormidas de estrangeiros praticamente estagnaram, apresentando um insignificante crescimento de 0,6%, determinado pela acentuada quebra de 13,3% do mercado nórdico.

Os resultados ao nível de ilha também são elucidativos.

S. Miguel pouco cresce. Perante a redução de dormidas dos mercados nórdicos, a confirmar a dramática dependência daquela operação, o que cresce (3,8%) deve-se, sobretudo, ao mercado nacional.

A Terceira apresenta uma forte e preocupante redução das dormidas gerais (8,9%), penalizada que é pela diminuição da comercialização do chamado “circuito açoriano”, que incluía 4 ilhas.

O Faial, a Graciosa e o Pico beneficiaram de crescimentos mais significativos (15,6%, 8,4% e 6,2%), respectivamente), mas que não compensam as perdas dos anos anteriores. Pelo contrário, em valores absolutos, Pico, Graciosa e Flores, crescendo percentualmente neste período, apresentam resultados inferiores aos registados em 1999. A própria ilha do Faial, não apresenta um crescimento estável e consistente. Com efeito, sobretudo nestas ilhas, em virtude da reduzida dimensão da operação turística, fenómenos conjunturais ou eventos extraordinários podem originar variações percentualmente significativas, sem que daí se possa extrair a conclusão de um crescimento estável e consistente. Por exemplo, o infeliz acidente e as operações de desencalhe do CP VALOUR animaram vários sectores económicos da ilha e foram responsáveis por cerca de 4.000 dormidas. Tal equivale a dizer que, sem essa calamidade, a operação turística dos primeiros 7 meses de 2006, seria outra calamidade, saldando-se num resultado que, em termos absolutos colocaria o Faial pouco acima do nível das dormidas de 2001, também este, por sua vez, inflacionado pelo processo de reconstrução.

São Jorge e Santa Maria apresentam uma evolução negativa das dormidas de, 7,4% e 14,1%, respectivamente, muito em virtude do insucesso da operação de transporte marítimo.

No turismo dos Açores, quase tudo se explica em função da operação charter dos mercados nórdicos.

A par disso, e em parte por causa disso, assiste-se a uma severa diminuição das vendas do chamado “circuito açoriano”, em virtude da crescente programação autónoma de S.Miguel, o que anulou ou restringiu o efeito típico de incremento proporcional das dormidas nas outras ilhas, sobretudo Terceira, Faial e Pico.

Assim, não se podem esconder as perdas reais e constantes nas ilhas mais pequenas e a acentuação continuada das assimetrias entre ilhas.

Para S. Miguel, há o expediente dos charters.

Para a Terceira, o governo avança com a mesma receita perante a eminência de uma crise séria no sector turístico terceirense, com eventual encerramento de hotéis.

E, não fosse o Faial reclamar, já se profetiza a extensão desta receita a outras ilhas.

Parece pouco compatível com a lógica da operação charter, sobretudo daquela que se baseia na oferta de produtos standardizados a preços muito competitivos.

E, afinal de contas, qual a razão para acreditar nesse efeito de derrama, quando falhou, rotundamente, a solução de financiamento a 100% dos custos adicionais de uma extensão da operação da Escandinávia à Terceira, repartida entre o governo e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo?

Esta reflexão conduz-nos fatalmente à questão central da avaliação da rentabilidade real da operação turística e à avaliação da “performance” do destino naquilo que verdadeiramente importa e que são as receitas turísticas geradas.

A receita média por dormida nos Açores - indicador que fornece a informação mais fidedigna sobre o perfil do turista que nos visita e o nível de consumo turístico efectuado -, a preços constantes de 1996, degrada-se ininterruptamente, ano após ano, desde 1997, quedando-se em 35.12. euros em 2005 contra os 42.37 de 1996. O mesmo indicador, no período de Janeiro a Julho de 2006, revela a mesma tendência, anunciando já nova redução. Se olharmos o comportamento do mesmo indicador na ilha de S.Miguel, os resultados são ainda piores, quedando-se em 33.54 euros e apresentando indícios de nova descida em 2006.

Temos mais camas turísticas. Temos mais turistas e mais dormidas. Mas temos também –e aqui reside o problema - piores resultados ao nível das receitas geradas, sendo que as empresas hoteleiras arrecadam por dormida cada vez menos dinheiro, ano após ano, desde 1997. É uma realidade que não pode ser ignorada nem disfarçada por mais tempo, porque reconhecer um problema é sempre o primeiro passo para o resolver.

É preciso assumir prioridades claras. Urge consolidar e sustentar a oferta existente. É, para nós, absolutamente imperioso recentrar a política promocional na óptica da receita e não apenas no volume da operação turística, e desenvolver políticas activas de promoção da qualidade, ao nível da oferta. Neste quadro, a promoção e a formação turísticas, deveriam ser, nos próximos anos, como repetidamente temos dito, não apenas prioridades, mas verdadeiros desígnios regionais.

A terminar, gostaria de louvar a iniciativa do Governo Regional de promover e apoiar a realização, nos Açores, do próximo Congresso da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo.

Com efeito, o desprezo a que foi inicialmente votado o mercado nacional, deu lugar, a partir de 2004, a uma abordagem promocional mais efectiva e ambiciosa, tendo o investimento publicitário turístico, praticamente ausente desde 1996, voltado a marcar presença nos programas promocionais.

Não é muito frequente, mas às vezes acontece. O Governo Regional desdenhou das propostas da oposição, mas acabou por reconhecer o mérito das propostas do PSD.

Teremos pois nos Açores, pela segunda vez (a 1ª foi em 1995) aquela que considero a mais importante e potencialmente decisiva acção promocional para o mercado nacional.

Será um momento de grande exigência para o governo e para a indústria turística regional e um momento ímpar de afirmação do destino Açores. Do sucesso desse evento, que certamente ocorrerá, dependerá em larga medida, a evolução dos fluxos turísticos para os Açores nos anos seguintes.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Neste Dia Mundial do Turismo, demos aqui o nosso contributo para a reflexão sobre este importante sector da economia.

E se o turismo é riqueza, como afirma a mensagem do Secretário Geral da O.M.T., temos hoje uma excelente oportunidade para reflectir sobre o destino turístico que queremos ser e sobre o futuro que estamos a construir. Em paz, porque o turismo é a indústria da paz. Mas com sentido de responsabilidade, porque o turismo sustentável que queremos promover, responsabiliza-nos a todos na procura de consensos na sociedade açoriana.

Disse.